

A PRIMEIRA REPÚBLICA EM MATO GROSSO POR MEIO DOS PERIÓDICOS

THE FIRST REPUBLIC IN MATO GROSSO
THROUGH THE NEWSPAPERS

Lauro Portela¹

RESUMO: Exponho neste artigo os questionamentos e abordagens que fiz durante a pesquisa que resultou em minha dissertação de mestrado, na qual utilizo séries documentais provenientes principalmente dos acervos da hemeroteca do Arquivo Público de Mato Grosso. Assim, primeiramente estabeleço os questionamentos que me direcionaram a selecionar principalmente os periódicos como fontes de pesquisa; depois, trato desse tipo de fonte especificamente direcionando minhas reflexões a alguns periódicos que circularam em Mato Grosso entre 1889 e 1930, no período da história do Brasil que se convencionou chamar Primeira República; finalmente, apresento alguns resultados obtidos no tratamento com essas fontes. **Palavras-chave:** Primeira República (1889-1930). Mato Grosso. Periódicos.

ABSTRACT: I show in this article the questions and approaches I've done during the research that resulted in my dissertation, in which I've used the newspapers collection from Arquivo Público de Mato Grosso (Public Archive of Mato Grosso). Thus, at first, I've set the questions that guide me to select the newspapers as sources; then, I write about this type of source directing my analysis specifically for some newspapers that were distributed in Mato Grosso between 1889 and 1930, during the history of Brazil which is conventionally called First Republic; Finally, I show some results obtained through the use of these sources.

Keywords: First Republic (1889-1930). Mato Grosso. Newspapers.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente compõe os quadros da Superintendência do Arquivo Público de Mato Grosso como historiador, atuando no acervo iconográfico. laurosouza@sad.mt.gov.br.

O PROBLEMA: O QUE É CORONELISMO?

A operação historiográfica, como nos mostra Michel de Certeau, ou seja, essa relação entre o “lugar”, “procedimentos” e um “texto” (CERTEAU, 2000, p. 66), deve pautar-se pela problematização que orientará toda articulação futura que o historiador produzirá entre o processo de “seleção” e a construção da narrativa. Problematizar é, portanto, como em qualquer ciência, o primeiro passo para se refletir sobre um objeto e então encontrar as respostas desejadas. Assim, a questão que o historiador se coloca o faz estar face a face com as instituições sociais, seus autores e suas produções historiográficas, para quem uma obra de história verdadeiramente se destina. (CERTEAU, 2000, p. 71-2)

Neste sentido, ao tratar do coronelismo, minhas indagações partiram das produções e das lacunas que delas pude extrair. Percebi, ao longo deste primeiro contato, que o conceito de coronelismo esteve diretamente ligado à posse da terra, para Victor Nunes Leal (1993), em seu *Coronelismo, enxada e voto*, de 1948; ou figurava como uma estrutura familiar, cuja posse de bens de fortuna (terra, comércio, herança etc.) é que permite o posicionamento de um indivíduo no todo da família grande o coronel, no artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997), *O coronelismo numa interpretação sociológica*, de 1975; ou ainda, para o brasilianista Eul-Soo Pang (1979) em *Coronelismo e Oligarquias*, de 1979, o poder do coronel se ligava ao seu prestígio e honra pessoais tradicionalmente reconhecidos numa estrutura patriarcal de sociedade; ou mesmo relacionava-se à capacidade que o indivíduo tinha de impor a coerção, segundo a compreensão de Ibarê Dantas (1987) em *Coronelismo e Dominação*. Tantos reducionismos e generalizações acerca do fenômeno parecem ter feito com que os sociólogos Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Marcos Vinícios Vilaça (1978) em *Coronel, coronéis* chamassem de coronéis os políticos nordestinos da década de 1960. O próprio Victor Nunes Leal temia o retorno do coronelismo à cena política brasileira na década de 1940 (LAMOUNIER, 2001).

Certamente que estes modos diferentes de conceber o fenômeno do coronelismo se relacionam com tradições historiográficas outras, fundadas em maneiras diferentes de compreender a realidade brasileira. Não se pode desconsiderar tal dado. Antes, porém, é preciso situar estes autores e seus discursos em seus respectivos lugares de produção.

A relação entre o fenômeno político do coronelismo e a estrutura familiar brasileira como compreende Queiroz liga-se à tradição “feuda-

lista” (CARVALHO, 2005, p. 140) cujo maior representante é Nestor Duarte (1987) e sua obra *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de 1939. Este autor contrapunha a ordem privada, fundada na família patriarcal, ao Estado, que “há de resignar-se e viver dela e apoiá-la” (DUARTE, 1987, p. 71). Cavando um pouco mais a fundo, encontramos a mesma interpretação em Oliveira Viana (2005) em sua obra de 1920, intitulada *Populações Meridionais do Brasil. Paulistas, fluminenses, mineiros* que entende ser o latifúndio monocultor o centro de gravitação da sociedade brasileira, cuja dispersão em “clãs rurais” centrados no poder patriarcal (o senhor da terra) exercido em latifúndios autossuficientes determinou a nossa única forma de associação que, invadindo a dinâmica urbana, torna as “outras formas de solidariedade social e política os ‘partidos’, as ‘seitas’, as ‘corporações’, os ‘sindicatos’, as ‘associações’, por um lado; por outro, a ‘comuna’, a ‘província’, a ‘Nação’”, em “entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias” (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 345).

A obra de Victor Nunes Leal, portanto, rompe com esta tradição ao enfatizar o latifúndio e o contexto da estrutura socioeconômica precária em que a República nasceu como responsável pela dependência dos eleitores em relação aos proprietários rurais. Assim, concebe o coronelismo como uma relação de dependência entre o poder privado decadente (representado pelos coronéis) e o poder público (o Estado) paulatinamente fortalecido – na medida em que centraliza estruturas administrativas antes nas mãos dos poderes locais: o processo eleitoral, o orçamento, o monopólio da violência, a distribuição da justiça etc.

Entretanto, a tradição feudalista continuaria viva em Queiroz, como já foi visto e, posteriormente, em 1979, em Eul-Soo Pang, o qual fundamenta o poder do coronel dentro da organização da família extensa, ou o clã, cuja forma de poder era o patriarcalismo, contrapondo-a ao Estado. Nas décadas de 1960 e 1980, esta mesma organização familiar seria utilizada para explicar o exercício de poder na estrutura familiar brasileira. É deste modo que os textos de Vilaça e Albuquerque, datados de 1965, e de Dantas, de 1987, buscam explicar o fenômeno transpondo-o, inclusive, para além das barreiras da Revolução de 1930. Este último autor chega a apresentar quatro fases para o coronelismo: 1900-1930, 1930-1945, 1945-1964 e de 1964 em diante (DANTAS, 1987) – curiosamente a datação dos marcos temporais para as diferentes experiências republicanas do Brasil.

Como era de se esperar, essas produções historiográficas influenciaram a maioria das análises que versaram sobre a Primeira República e, por conseguinte, o coronelismo em Mato Grosso. O paternalismo,

a imposição da coerção, o patrimonialismo, o personalismo, o clientelismo são referenciais e conceitos recorrentes e que se esforçam em explicar, principalmente, o controle eleitoral por parte dos coronéis, o uso da violência como *modus operandi* do mundo político de então, o uso do público em benefício próprio etc.

Assim, a tese de Valmir Batista Corrêa (1981) *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*, defendida em 1981, compreende o uso da violência, se não como única prática política possível, no mínimo como a predominante para o período. Toma-a, inclusive, como alternativa econômica de sobrevivência para bandos armados e coronéis, cujas indenizações eram pagas pelo Estado (CORRÊA, 1981, p. 62). Este ponto de vista apenas naturalizou o aspecto violento como característica peculiar à população mato-grossense por ele estudado.

Maior ênfase nas atividades econômicas da elite política mato-grossense teve Manuela Renha de Novis Neves (1998) em sua dissertação de mestrado de intitulada *Elites Políticas Matogrossenses: competição e dinâmica partidário-eleitoral (1945-1965)*, defendida em 1988, publicada, em 1998, como livro sob o título *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. E, muito embora, não trate especificamente do período da Primeira República, mas do período compreendido entre 1945 e 1965, Neves se baseia no processo de formação e consolidação da oligarquia mato-grossense que, segundo a autora, se encontra nos embates violentos de fins do século XIX e início do XX. Em sua análise é insistente a afirmação da preeminência da facção açucareira sobre outros grupos econômicos ligados a atividades rurais ou urbanas, principalmente comerciais (NEVES, 1998, p. 83). Para a autora, o único momento de cisão dessa “facção açucareira” seria durante a “Revolução de 1906”, quando “boa parte do apoio usineiro vai para a Coligação” (NEVES, 1998, p. 99) – partido político liderado em Mato Grosso pelos irmãos Joaquim e Manuel Murinho e o coronel Generoso Ponce, cuja ação armada culminou, em julho daquele ano, na morte do então presidente do estado coronel Antônio Paes de Barros, também conhecido como Totó Paes.

De maneira diferente que os dois autores acima, a tese de doutoramento de João Edson de Arruda Fanaia (2005) *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*, defendida em 2005, trata o período de maneira bastante abrangente, evitando os reducionismos socioeconômicos anteriores. Neste trabalho, Fanaia analisa (numa análise que vai além da prática da violência, mas engloba, por exemplo, o clientelismo e as alianças no âmbito estadual e nacional) as várias estratégias utilizadas pelos atores políticos de Mato

Grosso envolvidos nas disputas do campo político no Estado durante o período estudado. Contudo, em meu ponto de vista, o trabalho peca em se prender ao universo da elite política e suas práticas, sem tocar nas relações entre os chefes políticos locais e o eleitorado, as forças paramilitares e as mobilizações de homens armados (o que não foi raro e, guardada as proporções da população de Mato Grosso, chegou aos milhares). Embora, trate do clientelismo, todavia, sua principal contribuição foi a percepção da existência do espaço do *consenso*, ou acordo, entre os membros desta mesma elite política analisada pelo autor.

De qualquer maneira, foi preciso manter o constante diálogo com estas produções historiográficas, seus “lugares”, seus objetos, suas pertinências, para a elaboração de novos questionamentos e a definição de diferentes estratégias para solucionar tais questões (CERTEAU, 2000, p. 76). Deste modo, conceituar um fenômeno social, político e, por que não, econômico que foi característico da experiência republicana brasileira e produziu todo um imaginário social que perdura até os dias atuais, exigiu novas problemáticas para respostas novas que fugisse dos reducionismos que identifiquei.

Para tanto, parti da instituição que deu nome ao fenômeno, a Guarda Nacional, escapando, pois, das principais manifestações do coronelismo: o controle eleitoral e a mobilizações de homens armados. A escolha não foi à toa: todos os estudos aqui mencionados, com exceção de Victor Nunes Leal, que a menciona superficialmente, ignoram sua influência em reforçar, desde a década de 1850, uma cultura política personalista. É forçoso salientar que a única explicação possível para o ostracismo que a Guarda Nacional sofreu por parte dos estudiosos da Primeira República se deveu ao trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Esta autora assinalou que o termo coronelismo adveio da maior patente dessa milícia e que a mesma foi extinta pouco anos após a Proclamação da República, quando, na verdade, sobreviveu por 29 anos à queda do Império.

Por isso, é sabido que toda carreira política desse período teve início em suas fileiras, ou através dela se consolidou. É claro que a milícia “cidadôa” ou cidadã, como ficou conhecida, não era o único meio para que um indivíduo galgasse as mais altas carreiras no mundo político. Por isso não ignorei as atividades jornalísticas, as relações familiares (o sangue sempre contava muito) as amizades, as posses de bens de fortuna – tão relevantes nos autores já citados, mas que foram considerados, como demonstrei, quase que isoladamente.

Foram estes questionamentos e dados importantes que me direcionaram para um tipo específico de fonte de pesquisa: os periódicos.

O ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO E OS PERIÓDICOS

O Arquivo Público de Mato Grosso, criado como Arquivo da Secretaria da Presidência, a 16 de abril de 1896, pela resolução n. 153, guarda em suas prateleiras um acervo que abrange três séculos de memória administrativa que vai do Império português e suas questões de fronteira com terras hispânicas, chegando até os dias atuais. São milhares de documentos nos mais diferentes suportes: manuscritos, periódicos, fotografias, microfilmes, negativos, diapositivos. São quilômetros de vidas, suas vozes e silêncios. Arlette Farge (2009, p. 12) nos desafia: “Seria possível ler uma estrada, ainda que de papel?”

De modo algum, um arquivo deve ser encarado como um lugar neutro. Começa pelas circunstâncias que fizeram com que estes traços de vidas que nele aparecem se pronunciassem; passa pelo modo como foram fixados em diferentes tipos de registros em diferentes suportes e seus usos recorrentes (documentos oficiais da administração, policiais, médicos, cartoriais, judiciários, jornais, iconográficos etc.); passa ainda pela seleção do arquivista, crivado pelos critérios de seu tempo, exigências de seus superiores, das ideologias do Estado, dos silenciamentos de seus embates, além das condições de preservação a que estão submetidos os documentos; finalmente, encontra pesquisadores, como nós, historiadores, interessados em acordar os “mortos” do seu “descanso” em alguma prateleira, cheio de questões, pertinências, vivências, interesses próprios e sociais. Contudo, limitando qualquer pesquisa em arquivo, o que é permitido vislumbrar por entre estes papéis não é senão um momento que foi cristalizado em palavras, como escreve Farge (2009, p. 32), ou congelado, segundo um filtro cultural (o olhar do fotógrafo), em imagens - esta “segunda realidade” indiciária de uma “primeira realidade”, como diz Boris Kossoy (2001, p. 50).

Assim, quando subo a pequena escadaria em sua sede atual num prédio em estilo *art déco*, inaugurado, em 1941, pelo presidente Getúlio Vargas, ao lado de outras obras ditas “oficiais”, o que tenho em mente sobre o Arquivo é o caminho que irei percorrer por entre vestígios de vidas que não dizem tudo, mas enunciam uma falta. É a partir desta falta que toda pesquisa em arquivo se inicia, se limita e se organiza (FARGE, 2009, p. 58). Farge (2009, p. 65) nos fala de despojamento; Michel de Certeau (2000, p. 81) em separar. É nesse processo que o historiador retira das prateleiras esses objetos dispostos em suportes variados e, deles, produz “documentos”, organizando-os

de outra forma segundo seus critérios e necessidades. Cria, pois, o seu material, ao recortá-lo e recombina-lo, destinando-o ao um reemprego coerente. Desta operação não se isenta a técnica; pelo contrário, ela se faz presente (CERTEAU, 2000, p. 81).

Início minha pesquisa pela separação. Busco em meio a tantas vozes os vestígios da Guarda Nacional e os encontro principalmente nos periódicos. Salpicadas aqui e ali, notícias de nomeações, de promoções, de ordem do dia, de convocações, de “revoluções”. Essas notícias esparsas não dizem tudo, apontam para outros vestígios. Delas entreveem-se os coronéis comandando os batalhões, os esquadrões e os comandos superiores dos municípios de Mato Grosso.

Os periódicos têm dupla vantagem sobre outros tipos de documentos: seu suporte não modificou em pouco mais de um século, sendo o mais comum o formato *standart* (entre 60x38 cm e 75x60cm), mas também o formato tablóide (38x30cm); sua periodicidade elástica e seu padrão de conteúdo organizado em editoriais e seções facilitam a formação de extensa série documental. Nestas páginas, mormente os partidos políticos travavam seus embates, através de articulistas apaixonados. Com exceção da folha governamental *Gazeta Oficial*, fundada em 1890, as restantes foram criadas e mantidas pelas efêmeras legendas políticas e tinham a função de divulgar as ideias emanadas por seus principais líderes políticos.

Era uma imprensa de “opinião”, cujo conteúdo apaixonado se dirigia a um público selecionado (seus correligionários), muito mais preocupado em atacar adversários do que em informar (ZICMAN apud ESPIG, 1998). Um contemporâneo ainda anônimo já havia constatado essa característica, em 1890, afirmando que, através dos jornais, pouco se importava “as discussões abstractas e philosophicas”, mas, isso sim, “em descobrir defeitos phisicos ou domesticos em seos adversarios, e muitas vezes a ivalent-os mesmo” (ESTUDOS..., 15 nov. 1891, p. 3).

Por isso mesmo, é possível uma história por meio dos periódicos, entremeando seus discursos de modo a tocar na cultura política da época. Em outras palavras, trata-se de compreender esse conjunto de códigos e referências simbólicas presentes em um partido político, em uma família ou em uma sociedade, sem que isso signifique reduzi-la a uma ideologia ou a uma tradição, caracterizando-se por seu caráter plural. (BERSTEIN, 1998, p. 350)

Destarte, como com qualquer outro documento, é preciso tomar cuidado com as motivações das notícias, os significados que os discursos adquiriram, a sua linguagem – sem nunca perder de vista o grupo

responsável pela linha editorial e o público a que se destina. No caso dos periódicos mato-grossenses, as relações diretas com os partidos locais, bem como por seu conteúdo fundamentalmente político, fizeram dos periódicos que circularam em Mato Grosso durante a Primeira República uma fonte privilegiada. (DE LUCA, 2006)

Na Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso estes periódicos se encontram organizados em caixas, microfilmados, ou ambos, sempre ordenados por data. Muitos estão encadernados; outros repousam em grandes folhas papel que os protegem das agressões externas. Ocupam todas duas salas imensas na “Gerência de Atendimento”. Perfilam-se em armários de aço ou em arquivos deslizantes – inovação tecnologia cujo objetivo é ocupar o mínimo de espaço possível. Mas meu olhar é impassível. Embora possa escapar, aqui e ali, meu olhar se concentrou na Primeira República brasileira.

Foi grande o número de periódicos, principalmente hebdomadários, que circulou em Mato Grosso entre 1889 e 1930, na capital ou em suas principais cidades e vilas. Entretanto, é necessário refinar. Concentrei-me nas discussões das folhas de Cuiabá, capital do Estado, portanto, seu centro político e econômico. Isto é demonstrado pela reprodução de notícias do interior, além das notícias nacionais e internacionais coletadas no porto da cidade. Assim, enumero estes jornais: *O Matto-Grosso*, fundado ainda no Império, e que, durante a Primeira República, foi órgão do Partido Republicano, circulando até 1935 e pertencente a Emílio do Espírito Santo Rodrigues Calháo (MENDONÇA, 1971, p. 38-9); o *Quinze de Novembro*, fundado por membros do Partido Republicano Nacional, cuja derrota nas armas, em 1892, para seus adversários políticos do Partido Republicano ditou-lhe a curta duração e a quase ausência de referência, a não ser pela republicação de alguns artigos pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1926; *A Reacção*, fundado pelo coronel Generoso Ponce quando do seu autoexílio no Paraguai, para servir de voz à sua oposição ao governo do presidente Antônio Pedro Alves de Barros, circulando de 1902 a 1903; *O Estado*, folha pertencente ao Partido Republicano Constitucional e que, por ser situacionista, circulou enquanto seus financiadores estiveram no poder, entre 1900 e 1905; *A Colligação*, fundado e mantido pelos partidários da Colligação Matogrossense cuja existência pautou-se pela curta vida de sua legenda mantenedora; *O Republicano*, fundado pelo Partido Republicano Conservador e que circulou de 1917 a 1930; finalmente, *A Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*, fundado por Antonio Maria Coelho quando governador do Estado como folha de

editais e notícias oficiais da administração pública estadual e federal, e que circulou até os dias atuais como *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, inclusive em meio digital.

A REPÚBLICA EM MATO GROSSO ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS

Massa documental considerável, embora não englobe todos os periódicos circulantes em Mato Grosso, tampouco do Brasil. Este o limite imposto por essa documentação: os jornais, no Brasil, têm essa característica localizada devido à extensão geográfica e ao alcance de suas notícias. Embora o coronelismo tenha sido um fenômeno nacional, é imperativo se contentar em recolher aqui e ali seus retalhos – retalhos estes que nos dizem muito mais que apenas notícias de um sertão distante.

É possível encontrar neles o coronel “vulgar” da historiografia nacional que ignorou sua complexidade atribuindo-lhe a pecha de fazendeiro manipulador de eleições e “dono” da chave do cofre de municípios falidos. Entretanto, embora existam esses tipos clássicos, encontramos outros diferentes: o coronel Generoso Ponce, por exemplo, que foi comerciante e galgou as mais altas patentes da Guarda Nacional graças às suas relações com o chefe político dos liberais, à época do Império em Mato Grosso, o Barão de Casalvasco, e também sócio na casa comercial Firmo & Ponce. Se até 1889, Ponce foi apenas um capitão da milícia que havia conquistado por duas vezes a deputação provincial (1872 e 1889), sem nunca ter sido indicado para qualquer cargo político nacional, a partir da República, seus horizontes políticos se ampliam elegendo-se indiretamente como vice-presidente de Mato Grosso em 1890, senador para duas vezes (senadorias de 1894-1898 e 1898-1902) e para a presidência do Estado, que ocupou entre 1907 e 1908, quando se retirou para tratar da debilitada saúde (PORTELA, 2009, p. 37). É preciso, no entanto, acompanhar sua carreira na milícia cidadã. Por isso, não se deve ignorar que, entre 1889 e 1890, Ponce passa de capitão a coronel e, depois, num salto proporcional à sua trajetória política, a comandante superior da Guarda Nacional em Mato Grosso.

Deste modo, deve-se ficar atento aos Editais dos jornais que publicavam notícias das trocas de comandos superiores da Guarda Nacional. Seu comando era a chave para o domínio político em todo o Estado. Além disso, é nesses mesmos editais que veremos outros oficiais serem nomeados para as mesas eleitorais. Eram tenentes-coronéis, majores, capitães, tenentes e alferes. Nessas mesas, a maioria de capitães é o

indício da manipulação: era esta a patente que comandava a menor unidade da Guarda Nacional, os esquadrões ou companhias. Estavam, portanto, mais próximos dos guardas nacionais que, obrigatoriamente, eram eleitores, de acordo com a legislação da época (PORTELA, 2009, p. 69-70). A partir deste dado, chega-se à conclusão de que o controle da milícia era fundamental para o controle das eleições.

É uma explicação plausível para um grande número de nomeações para sua alta oficialidade todas as vezes que uma situação política era derrubada e substituída por outra. E é através desse jogo de nomeações e demissões que o apoio do Governo Federal a um grupo político nos estados a despeito de outro funcionava, já que competia ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores tais nomeações.

Fica claro aqui, que o fenômeno do coronelismo não se tratava apenas do simples falseamento de atas eleitorais, ressurreição de defuntos, duplicação de eleitores etc. Estes “motes” existiam desde o Império e continuarão a existir mesmo com as modernas urnas eletrônicas. Tampouco se tratava do simples controle eleitoral por algum indivíduo ou família em relação aos seus dependentes, pois esse controle ainda existe. Muito provavelmente estas caricaturas pintadas ao longo dos anos acerca de um folclórico “coronel” tenham feito com que muitos pesquisadores chegassem a identificar o fenômeno na década de 1960; ou ainda, com a expansão dos meios de comunicação no Brasil, mencionar um “coronelismo moderno”, cujos coronéis não são (apenas) donos de fazendas, mas de emissoras de televisão.

Entretanto, se o Brasil da Primeira República é um país agrário, e Mato Grosso não destoia dessa realidade, pode-se naturalmente afirmar o poder desta elite agrária sobre o mundo político. Dados não faltam para que esta suposição seja sustentada. O alistamento eleitoral de Cuiabá, em 1894, e publicado na *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*, de 29 de maio a 13 de setembro daquele ano, entre os números 591 e 638, respectivamente, sempre na seção “Editaes” da “Gazeta Oficial”, o demonstra. Assim, dos 1.943 eleitores alistados, 45,14% exerciam atividades agropecuárias, 20,74%, comerciais, 17,81 %, ofícios mecânicos, 14,57% serviços públicos (entre civis e militares) e 0,98% distribuía-se entre profissões liberais, industriais e eclesiásticas, restando 0,77% para aqueles que não declaram nenhuma atividade.

Mas os fenômenos não devem ser analisados tão superficialmente. Primeiramente, a hegemonia das elites agrárias é explicável, como bem assevera Renato Lessa em seu ensaio *A invenção Republicana*, pela inexistência de outra elite capaz de ocupar o governo (LESSA,

1999, p. 19). Outro ponto relevante é o federalismo, implantado a partir de 15 de novembro de 1889. Através dele, o Brasil passou a dar visibilidade ao que antes não enxergava: o país real, agrário, dominado pelas “notabilidades de aldeia” ou por aquilo que Zacarias de Góis denominou de “segunda ordem” (CARVALHO, 2003, p. 399), distribuída nas vinte unidades federativas que formavam a jovem República brasileira.

O problema reside na ausência de partidos nacionais ocasionada pela dissolução dos partidos Liberal e Conservador, em 1889. Isto explica a quantidade de partidos nascidos nos estados, a partir de então; explica ainda a quantidade de periódicos a serem pesquisados – porta-vozes que eram destas legendas efêmeras.

Nestas fontes podemos escutar a voz de outro articulista anônimo que, em 1890, definiu a república como sendo “o governo do povo pelo povo”, e não “de um ou outro grupo político” (ASSEMBLÉA..., 19 jul 1891, p. 1). É uma citação de parte do famoso discurso de Gettysburg de um sintético Abraham Lincoln, em novembro de 1863, em plena guerra civil em seu país. Difícil adequação das duas situações, pois, mesmo se tratando de momentos difíceis como a guerra civil que enfraqueceu os EUA e a falta de uma rotina institucional que a nascente República brasileira enfrentou entre 1889 e 1898 (LESSA, 1999), os resultados foram distintos: lá, consolidou-se uma democracia representativa tendo como filtro dos interesses particulares os partidos de âmbito nacional; no Brasil, a solução instituída durante o governo Campos Salles (1898-1902) permeou o reconhecimento daquilo que Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, chamou de “distribuição natural do poder” (FAORO, 2000, p. 172; LESSA, 1999, p. 30). Em outras palavras, o Governo Federal reconhecia quem mandava em cada estado, não importavam os meios, em troca de deputados e senadores “dóceis” para votar o orçamento e não atrapalhar o andamento administrativo. A isto se chamou “política dos governadores”. Para todos os efeitos, esta foi a fórmula institucional mais duradoura no Brasil República: de 1898 a 1930, apenas o parlamentarismo às avessas do Império consumiu mais tempo (LESSA, 1999).

O que dizer, portanto, da fé do nosso articulista na República? Ela foi traída? Analisando outros tantos artigos, assevero que sim. Preponderou uma democracia com baixa taxa de participação popular em governos estaduais, cuja existência pressupunha a ausência de oposição, ou, ainda, a perseguição a seus membros. Isso é demonstrado pelo que se pode ler na capa do jornal *A Reacção* e que intitula este artigo: “Publica-se no Paraguay por falta de garantias no Estado”; e pelo grau

de comparecimento da população nas eleições. Embora os dados sejam escassos, pois nem todos os resultados foram publicados e encontram-se dispersos, e levando-se em consideração os limites da legislação da época (exclusão do voto feminino, do analfabeto, dos guardas de pré etc.), a maior taxa de participação ocorreu em Cuiabá, em 1930, nas eleições para a Presidência da República, com 7,79% da população votando. Para o estado de Mato Grosso de modo geral, os números apontam para as eleições para uma vaga de deputado federal, em 1895, quando 3,50% da população votaram. (PORTELA, 2009, p. 113-4)

Em Mato Grosso, mesmo que tenha sido adotado o voto cumulativo, ou livre, cujo objetivo era a representatividade das minorias, o que se viu foram eleições de legislaturas completamente governistas. Isso foi observado pelo coronel Generoso Ponce e pelo Dr. Antônio Corrêa da Costa ao comentarem as eleições para deputados federais em 1903, no já citado jornal que fundaram no autoexílio do Paraguai, *A Reacção*. Segundo eles, “diversos órgãos da imprensa [diziam] que o novo governo esforçar-se-há por obter a representação das minorias, dando assim uma valvula ao sentimento da opposição”. Contudo, reclamam, “como se há de conseguir que as opposições regionaes enviem um delegado seu ao Congresso senão por tolerancia dos governadores, com prejuizo de um dos muitos amigos, cuja dedicacão precisa ser recompensada?” Para os dois exilados “este appello aos governadores embora bem intencionado, revela claramente a situação do eleitorado e a sua absoluta falta de liberdade política” (PONCE & CORRÊA DA COSTA, 10 jan. 1903, p. 1).

Mas e o povo? Embora silenciado durante os pleitos – silêncio imposto pela composição das mesas eleitorais – também, ao seu modo, participou da política. A cada mudança de governo, como nos tempos idos do Império, lotava as portas das repartições públicas atrás das nomeações aos cargos públicos, numa prática que estava longe de ser a da cidadania (exercício contínuo dos direitos individuais e políticos). Ao contrário, exerciam aquilo que tão bem definiu José Murilo de Carvalho (1996) como *estadania* (a busca do atendimento dos seus interesses privados em troca da fidelidade aos governos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os próprios periódicos trazem o silenciamento dos coronéis. Abundantes estes nas composições das mesas eleitorais até 1911, quando foram realizadas eleições para presidente e vice-presidentes do Estado, a falta de patentes que antecederiam os nomes dos componentes para os mesmos pleitos de 1918 deixam uma pista. (PORTELA, 2009, p. 70)

A Guarda Nacional foi concebida em 1831 como a afirmação de uma elite civil sobre o suspeito Exército Imperial no contexto de abdicação de D. Pedro I. Permeava-a o mesmo ideal liberal de sua congênere francesa da “nação em armas” (CASTRO, 1977, p. 275). Durante o Império conviveu em curto espaço de tempo com as possibilidades de uma ascensão social impensável até então, quando a escolha democrática para seu oficialato permitiria que alforriados e pobres pudessem comandar membros da elite brasileira. Este estatuto foi alterado em 1850, com a Lei 602, de 19 de setembro, quando seu oficialato foi aristocratizado e a milícia cidadã passou a ser utilizada como força eleiçoeira.

Seu caráter eleiçoeiro perdurou até seu ocaso. Contudo, antes de ser extinta, essa força eleiçoeira encontrou no federalismo extremado da República, na ausência de partidos nacionais (e seus filtros aos interesses privados) e na “política dos governadores” a melhor maneira para utilizar a hierarquia de seus batalhões – que não destoava da hierarquia social de então – para manipular as eleições e manter situacionismos no poder, ou mesmo para derrubá-los, quando utilizados no campo de batalha das “revoluções”.

Seu fim, ao que tudo indica, foi perseguido por seu começo. Por quase 87 anos foi considerada uma força militar importantíssima para a defesa da Constituição e da ordem nacionais – força concorrente do Exército. Em 1918, o decreto 12.790, de 2 de janeiro, a declara Exército de 2.^a linha subordinada, agora, ao Ministério da Guerra. É o fim das trocas de suas oficialidades apoiadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Entretanto, em jornal algum uma nota sequer foi emitida em sua defesa. Seus coronéis parecem ter se retirado “à francesa” da vida política brasileira. Esta falta deixou em evidência o *consenso*, ou acordo entre os membros desta elite política (SANI, 2007, p. 240), que passou a perdurar, ao invés dos antigos movimentos armados. Em seu lugar, os partidos, sem coronéis com tropas à disposição, se entenderam acerca da posse, em 1918, do bispo D. Aquino Corrêa para a presidência do estado. Do mesmo modo, em 1921, a sucessão presidencial foi negociada nas “bazes de um acordo que solucionasse sem pleito” a contenda (VARGAS, 19 ago. 1917, p. 2).

Por fim, sobreviveriam seus coronéis empunhando seus briosos uniformes sem tropa. Em 1930, com o fim do federalismo e, conseqüentemente, da “política dos governadores”, estes chefes militares já farão parte de um passado pouco democrático da história política brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis*. 2 ed. Brasília: EdUnB, 1978.
- ASSEMBLÉA constituinte. *O Matto-Grosso*, Cuiabá, 19 de Julho de 1891, n. 634, p. 1.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, 1996, p. 337-359.
- _____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 130-153.
- _____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2000, p. 65-119.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. 1981, 216 f. Tese (Doutoramento em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC / Programa Editorial, 1987.
- DE LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-300.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Brasília: Ministério da Justiça, 1987.
- EDITAES. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso* de 29 de maio a 13 de setembro 1894, n. 591-638.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.
- ESTUDOS políticos, III. In: *O Matto-Grosso*, Cuiabá, Cuiabá, 15 de novembro de 1891, n. 651, p. 3.
- FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (v. 2)
- FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: EdUSP, 2009.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2 ed. São Paulo: Ateliê, 2001.

- LAMOUNIER, Bolívar. Vítor Nunes Leal: Coronelismo, enxada e voto. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 1. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2001, p. 273-292.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1993.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico mato-grossense*. 2 ed. Goiânia: Rio Verde, 1971.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Vértice, 1998.
- OLIVEIRA VIANA. *Populações meridionais do Brasil. Paulistas, fluminenses, mineiros*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PONCE, Generoso & CORRÊA DA COSTA, Antônio. Tudo como dantes. In: *A Reação*, Assunção, Paraguai, 10 de janeiro de 1903, n. 20, p. 1.
- PORTELA, Lauro Virginio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009, 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira: Brasil republicano*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 154-190. (Estrutura de Poder e Economia, 1889-1930, 1)
- SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, v. 1. 13 ed. Brasília: EdUnB, 2007, p. 240-242.
- VARGAS, J. A última caetanada. *O Republicano*, Cuiabá, 19 de agosto de 1917, n. 71, p. 2.

